

CAPACITAÇÕES EM ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CRÍTICAS ÀS IDEALIZAÇÕES, PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Daniel Tadeu do Amaral¹

Antonio Wagner Pereira Lopes²

Daniele Torres Aro³

Maristela Simões do Carmo⁴

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁵

Thauana Paiva Gomes⁶

Henrique Carmona Duval⁷

Resumo: O presente trabalho aborda a temática da extensão rural em assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo, tendo como base a proposta de construção e realização de capacitações estabelecidas através do contrato de prestação de serviços entre a Superintendência Regional do INCRA – SP e a UNIARA no ano de 2011. Como fruto desta experiência, foram realizadas 31 capacitações, perfazendo 280 horas de cursos, abrangendo 717

¹Graduado em Ciências Econômicas (Unesp/Araraquara), mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

²Doutorando em Engenharia Agrícola, área Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Feagri/Unicamp.

³Médica Veterinária, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

⁴Professora do PPG em Engenharia Agrícola, área Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Feagri/Unicamp.

⁵Socióloga, pesquisadora 1A – CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

⁶Pedagoga, Mestre em Educação Escolar (Unesp/Araraquara).

⁷Sociólogo. Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP.

assentados nas regiões de Andradina, Araraquara, Itapeva, Promissão, Ribeirão Preto, grande São Paulo e Pontal do Paranapanema. Neste artigo discute-se extensão rural, os critérios estabelecidos para construção da proposta, descreve-se os cursos realizados e, por fim, a avaliação dos envolvidos quanto aos limites e potencialidades da proposta. Refere-se, também, às especificidades das demandas e oficinas feitas nas comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Extensão universitária; Comunidades rurais; Educação; Aprendizagem.

Abstract: *This paper addresses the issue of extension on agrarian reform in the State of São Paulo, based on the proposed construction and completion of training established by the contract of service between INCRA – SP and UNIARA in year 2011. As a result of this experience, there were 31 training, totaling 280 hours of courses, covering 717 seated regions Andradina, Araraquara, Itapeva, Promised, Ribeirão Preto, São Paulo and Pontal do Paranapanema. In this article we discuss extension, the criteria for the proposed construction, describes the courses taken, and finally, the evaluation of those involved as to the limits and potential of the proposal. Refers also to the specific demands and workshops done in quilombolas communities.*

Keywords: *University Extension, Rural Communities, Education, Learning.*

Extensão em áreas rurais: contextualizando o problema

A história dos serviços públicos da ATER, muito bem descrita e analisada por Queda (1987) não deixa dúvidas: a ATER que se tem pretendido para produtores rurais familiares, em especial, os beneficiários da política de assentamentos tem se revelado uma sucessão de siglas, envolvendo um vai e vem de ministérios e órgão públicos, criados e eliminados sem se levar em conta, efetivamente, as necessidades e os problemas enfrentados cotidianamente pelos agricultores familiares.

Desde a década de 1940, há sinais do empenho do serviço da ATER em ganhar espaços junto às classes rurais e às diversas instâncias administrativas do Estado. Promessas no plano do discurso são responsáveis pela irradiação das associações rurais: eram 511 em 1950 e 1.500 em 1958 (QUEDA, 1987).

Seguiu-se nos períodos subseqüentes (de 1960 a 1980, respectivamente) a emergência do acento produtivista na ATER, comprometido com a adequação do setor agrícola às exigências da acumulação industrial.

A constituição Federal de 1988, ainda que timidamente, dá lugar aos serviços de assistência técnica e extensão rural. Lugar que não garante efetivação, pois toda prestação de serviços oficiais da ATER dependia de recursos, o que vai provocar uma sucessão de omissões e indefinições, na qual fica clara a pouca vontade política de dar efetividade aos referidos serviços.

Desmontam e recriam-se órgãos, num jogo de troca de siglas e competências. Extinta a Embrater (1990), o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária (também criado em 1990) excluiu de suas competências a assistência técnica e a extensão rural, as quais passam a retomar um lugar oficial, com a transformação do MARA (Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária) em MAARA (Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária). Em pouco tempo, a ATER é novamente desalojada, num cenário de indefinições e irresponsabilidades.

No final da década de noventa, o INCRA lançou o Projeto LUMIAR, uma experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais. Logo de início, um problema que vai continuar permeando a relação assentamentos x assistência técnica: o número de técnicos contratados não chega nem à metade do número de assentamentos existentes. Mais uma promessa truncada.

O LUMIAR foi extinto no início de 2000 com acusação de desvio dos recursos públicos por meio de instituições terceirizadas.

Em novembro de 2001 é aprovada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar no âmbito do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário).

Pesquisa realizada em 2002, em um projeto de cooperação técnica entre o MDA e a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) identificou, no universo da ATER, 27 instituições governamentais, 226 prefeituras, 49 ONGs, 498 sindicatos de trabalhadores rurais e federações, movimento dos sem terra, 867 cooperativas de produção, 397 instituições de ensino, 131 cooperativas de crédito, 78 agroindústrias, 80 instituições públicas, além de 43 do sistema S.⁸

Com este número considerável de agentes envolvidos na assistência técnica e extensão rural, como explicar a persistência da descontinuidade das suas ações?

⁸Segundo a FAO (p.33, 2003), encontram-se nesta categoria apenas duas instituições de abrangência nacional, o Sebrae e o Senar, que realizam atividades no campo da capacitação. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotIrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/file-storage/download/index?version_id=886398>. Acesso em 12/04/2011.

Situação que não vai sofrer grandes mudanças com a constituição, em 2003, pelo MDA de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

De um lado, temos a extensão concebida nos manuais do INCRA como um processo educativo continuado, para o qual investiu-se uma densa infraestrutura de coordenações estaduais, superintendências regionais e núcleos operacionais. De outro, a falta da qualificação técnica, política, organizacional e metodológica parecia reservar à ATER o papel de agente subalterno no processo (CARMO, 2008).

Problemas de operacionalização? De falta de recursos? Impossibilidade de resolver demandas históricas dos assentamentos que já se acumulam há quase 20 anos? Falhas dos assentados? Pressões do campo de forças sociais contrário ao desenvolvimento dos assentamentos? Perguntas que não têm respostas unívocas, mas exigem um olhar atento às dimensões constitucionais do modo de produção e reprodução dos assentados e à compreensão do campo de forças nos quais os assentamentos estão inseridos. Contradições que parecem não ser incorporadas pela assistência técnica e extensão rural, cujos agentes acabam por assumir funções típicas de serviços públicos, distanciando-se do que realmente tem se configurado como necessidade dos assentados.

No plano teórico, um discurso quase irreparável: a ATER é um serviço de educação não formal e seus princípios são desenvolvimento rural sustentável, compatível com a preservação do meio ambiente, gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, adoção de metodologia participativa, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, contribuições para a segurança e soberania alimentar e nutricional. De outro, uma realidade bem diferente: as estratégias de produção/reprodução dos assentados são criadas por eles, individual ou coletivamente, muitas vezes por influência de conhecimentos tradicionais, através dos quais constroem e reconstróem lógicas de produção do consumo, de troca e comercialização, praticamente independentemente da assistência técnica, a qual permanece como um agente periférico e burocrático, ainda que necessário, face aos entraves e perspectivas que perpassam a vida dos assentados.

Uma das vantagens do uso de uma metodologia participativa pode ser representada pela elaboração progressiva de estruturas cognitivas, sendo que este conhecimento passa a ser fruto da interação entre sujeito e o meio, resultado direto da ação realizada sobre o objeto, assim tanto para o capacitador quanto para o assentado, a ação realiza-se em dupla dimensão (ROSA, 1997).

Porém, não faltam problemas que adquirem maior ou menor intensidade: a obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), os ajustes exigidos para ser beneficiários de políticas públicas recentes – como o PAA (Programa

de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) – a discriminação sofrida pelas mulheres, apesar de avanços na pauta oficial de políticas públicas com recorte de gênero, a falta de orientação continuada para a adoção de práticas agrícolas diferenciadas do modelo convencional de desenvolvimento se observam aqui e acolá.

A nova lei da PNATER, de janeiro de 2010 acena para mudanças, principalmente na importância, ainda que retórica dada ao desenvolvimento rural sustentável, propiciando oportunidades para adoção de práticas agrícolas com bases ecológicas. Retórica que, mais uma vez, se perde por falta de iniciativas concretas. O tipo de prática referido neste discurso fica fora das principais pautas políticas e dos temas definidos pelas universidades e escolas de formação técnica. Faltam financiamentos públicos necessários ao estudo e difusão dos mecanismos sustentadores da produção agrícola alternativa. A relação técnicos/assentamentos/assentados continua a ser baixíssima, o que impede, em princípio, continuidades nas ações da ATER, em especial, na referência à adoção de processos educativos continuados e "libertadores".

Face à crítica contundente em relação à forma unilateral da difusão do conhecimento centrado basicamente em técnicas e tecnologias modernas para o aumento da produção foi, de fato estabelecida uma estratégia dialógica com os agricultores? (DINIZ,2011).

As opções adotadas pelo governo federal, definindo que a contratação de serviços da ATER deveria ser antecedida por chamadas públicas, mecanismos jurídico-legais que deveriam passar a definir a localização geográfica, o público a ser beneficiado, os valores disponibilizados acarretam novos complicadores.

Concepções atrofiadas de transição agroecológica, sem uma adequação ao agroecossistema onde se atua, deturpações na concepção e prática da segurança alimentar são alguns dos exemplos a demonstrar a pouca coerência em relação à concepção do padrão de desenvolvimento implícito nas ações da ATER, como política pública. Acrescente-se a este quadro, distorções evidenciadas no âmbito das chamadas públicas para prestação desse serviço.

Críticas à inércia das soluções adotadas não faltam. Caporal (2006) propõe que embora elas venham, às vezes, estruturadas em forma de princípios teóricos, sem se atentar, efetivamente, para os bloqueios e perspectivas que impulsionam ou não as estratégias construídas pelos assentados.

Diante deste quadro, o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados à cada realidade, além da troca de saberes, como uma forma de revalorização da cultura local –princípios estes defendidos por Paulo Freire (1983) –

posteriormente acaba se frustrando pela inaplicabilidade de seus objetivos.

Idealizações das novas perspectivas da PNATER, afirmadas por Caporal (2006) em seus estudos, têm que ser analisadas, passo a passo, a fim de não se cair em armadilhas de defesa da nova política, sem atentar para o que vem sendo, efetivamente, sua prática pelo Brasil afora.

A afirmação de que a nova ATER volta-se ao fortalecimento da agricultura familiar, para a preservação do meio ambiente, comprometendo-se com estratégias que levem ao desenvolvimento sustentável não pode ser aceita, sem restrições, sob o risco de se cair em novas idealizações.

Na verdade, estamos longe de concretizar a adoção de princípios da Agroecologia na direção do desenvolvimento rural sustentável; ao contrário, muitos elementos da prática histórica da Extensão Rural que contrariava qualquer princípio de metodologia participativa ainda se mantêm.

Nas palavras de Caporal e Ramos "(...) ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sejam pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da "modernização conservadora" mostram-se ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico" (p.5, 2006).

Em síntese, os avanços preconizados pela nova lei da ATER ainda estão no plano das virtualidades. Principalmente, pela descontinuidade nos serviços e descapacitação técnica.

Na contramão das previstas metodologias participativas, convive-se com contratos com empresas terceirizadas, de curto prazo que acabam por impor aos assentados um pacote de métodos e normativas, sem qualquer consequência ou comprometimento para uma ação de apoio à transição de um modelo de produção agrícola convencional para um modelo de produção agrícola alternativa.

Efetivamente, não há como garantir a contribuição de serviços diante de um orçamento limitado, com uma relação técnicos/assentados extremamente deficitária, além dos bloqueios detectados nas chamadas públicas, como por exemplo, a imposição de metas burocráticas aos técnicos em detrimento de sua atuação a campo.

Diante deste quadro pessimista da extensão rural e da assistência técnica, o que fazer, por parte da Universidade? Cruzar os braços e reiterar críticas consistentes centradas, principalmente, na descontinuidade dos serviços prestados ou tentar, consciente das limitações existentes, propor ações efetivas? Foi a segunda opção que nos levou a aceitar a inclusão da capacitação no contrato firmado entre a UNIARA e o INCRA, embasado em um processo licitatório

atrelado a um contrato de prestação de serviços.

Sem apostar em diagnósticos de sucesso, reconhecendo-se dificuldades arroladas no campo da assistência técnica e extensão rural, procurou-se, na socialização dos entraves e perspectivas no interior das equipes, aproximações que pudessem permitir, senão a solução, pelo menos o aprofundamento da temática da ATER, de suas estratégias, limites, possibilidades de seus desdobramentos e retorno para os assentados e quilombolas.

Capacitação em assentamentos do Estado de São Paulo: muitos bloqueios, poucas perspectivas

Teve início no ano de 2011, a construção e a realização de capacitações envolvendo a UNIARA, através do Núcleo de Pesquisa de Documentação Rural, e a Superintendência Regional do INCRA – SP, envolvendo diversas regiões do Estado de São Paulo.

Com base nesta experiência, em seu processo de construção e execução, buscou-se um maior aprofundamento da discussão a respeito das potencialidades e entraves na realização de atividades de extensão rural em assentamentos de reforma agrária. O processo de construção das capacitações pautou-se pelo resgate de reflexões importantes acerca do papel pedagógico da atividade de extensão rural, utilizando-se por base as experiências vivenciadas pelos capacitadores e pelos assentados, num constante processo de ressignificação e reelaboração das práticas pedagógicas e das estratégias utilizadas para a execução do trabalho. Valendo-se de princípios de participação constante, a construção e delineamento dos cursos foram erigidos sobre conhecimentos pré-existentes das comunidades envolvidas. Esse "fazer pedagógico" comum, coletivo e apoiado em conhecimentos tradicionais passou a ser visto como importante estratégia de valorização dos sujeitos assentados e também ferramenta de assimilação e interiorização de práticas menos invasivas possíveis.

A extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação envolto em conhecimentos de qualquer natureza, sendo técnicos ou não (PEIXOTO, 2008). A capacitação não apresenta primeiramente um papel educativo, destacando-se mais pelo caráter formativo, justamente porque visa, sobretudo, resolver problemas específicos e pontuais, situação que deveria ser modificada para, de fato, a capacitação cumpriu seu papel.

Caporal e Costabeber (2000) salientam que extensão rural vem a ser uma das mediações educativas mais importantes e efetivas pelo seu caráter transformador, mas que a mesma deve pautar-se pela busca de uma extensão alinhada com os princípios agroecológicos. Situação difícil, como já reiterado, pelo comprometimento

da maioria dos seus agentes com os pacotes convencionais da agricultura.

A capacitação oferece ao produtor rural inserido em um mercado competitivo, um conjunto de ferramentas gerenciais de fácil entendimento para que sejam aplicados em propriedades rurais, propondo alternativas econômicas e de organização, para elevar o nível de eficiência da produção destas pequenas propriedades. Este tipo de capacitação não atende, via de regra, às necessidades dos assentados. Recebendo uma assistência técnica travestida do serviço burocrático, arcando com as incertezas da política de crédito e com as descontinuidades das políticas públicas, os assentados precisariam receber uma capacitação mais continuada que pudesse valorizar os conhecimentos tradicionais, que priorizasse uma troca possível de saberes e apontasse alternativas diferenciadas de desenvolvimento rural. Foram estes princípios que nos levaram a pensar numa capacitação diferenciada, o que não se concretizou, por restrições orçamentárias por parte do órgão gestor.

A construção das capacitações nos assentamentos: uma frutífera aprendizagem

Nos trabalhos desenvolvidos, uma preocupação constante envolveu os múltiplos aspectos relacionados à dimensão da intervenção, aspectos necessários a uma adequação da proposta metodológica às necessidades demandadas, que por sua vez, foram sendo estruturados ao longo dos "momentos" de constituição da prática pedagógica.

Os momentos da construção foram: a) visitas exploratórias regionais aos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo, para realização de entrevistas com assentados, lideranças dos movimentos sociais, das organizações produtivas, lideranças sindicais, técnicos e supervisores regionais do INCRA, com vistas a coletar demandas para as capacitações; b) construção e estruturação do perfil de capacitações e dos capacitadores; c) constituição de uma estrutura pedagógica participativa comum; d) realização das capacitações; e) avaliação das capacitações mediante a aplicação de questionários aos beneficiários.

Outro aspecto relevante envolveu diretamente a preocupação com a dimensão geográfica das capacitações, já que foram realizadas em diversas regiões do Estado de São Paulo. Neste sentido, as diferentes características e realidades regionais entraram em cena.

Vale ressaltar que a construção das capacitações envolveu um conjunto de profissionais com formação diversificada, absorvendo as áreas de agronomia, medicina veterinária, zootecnia, biologia, economia, gestão ambiental, ciências sociais, serviço social e pedagogia. Com isso, as etapas de trabalho foram

constituídas sob diversos "olhares" e saberes, o que enriqueceu a experiência a partir da construção de uma equipe multidisciplinar de atuação.

Nas estruturas dos cursos buscou-se satisfazer ainda eixos estruturantes, propostos pelo INCRA no início do contrato: gênero, meio ambiente, sistemas produtivos e organização e comercialização da produção, que por sua vez representam grandes áreas temáticas (e também gargalos) e que necessariamente devem dialogar entre si diretamente na prática pedagógica.

Curso	Eixo estruturante	Eixo secundário	Eixo complementar
Plantas Medicinais	Gênero	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Viveiros de Mudas	Meio Ambiente	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Horticultura Orgânica	Meio Ambiente	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Enxertia e Compostagem	Sistema produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Avaliação e Manejo de Agroecossistemas /Cafeicultura de Base Ecológica	Sistema Produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Biodigestor	Sistema Produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Saúde no Meio Rural	Gênero	Meio ambiente	
Boas Práticas na Criação de Gado Leiteiro	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	
Semeadura direto na palha (Plantio direto)	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Meio ambiente
Colheita de grãos, regulagem de máquinas agrícolas e segurança do operador	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	
Pequenas Criações	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Gênero

Quadro 1 – Capacitações e eixos.

Fonte: Relatório INCRA/UNIARA 2012.

Público alvo e avaliações das capacitações realizadas

Ao todo foram elaboradas 31 capacitações, perfazendo um total de 280 horas de cursos e abrangendo cerca de 717 beneficiários. Os cursos foram realizados nos seguintes municípios/assentamentos, entre os meses de março a setembro de 2011.

Cidade	Assentamento
Ribeirão Preto	Sepé Tiarajú
Castilho	Terra é Vida
Castilho	Celso Furtado
Promissão	Reunidas
Promissão	Dandara
Rosana	
Andradina	Arizona
Pereira Barreto	Olga Benário
Ilha Solteira	Santa Maria da Lagoa
Getulina	Simão Bolivar
Itaberá	Pirituba
Araçatuba	Hugo S. Herédia
Castilho	Celso Furtado
Pradópolis	
Guarantã	Antônio Conselheiro
Cajamar	São Luis
Itapeva	Pirituba
Iaras	Zumbi do Palmares
Descalvado	21 de dezembro
Araraquara	Bela Vista do Chibarro

Quadro 2 – Capacitações realizadas
Fonte: Relatório INCRA/UNIARA 2012.

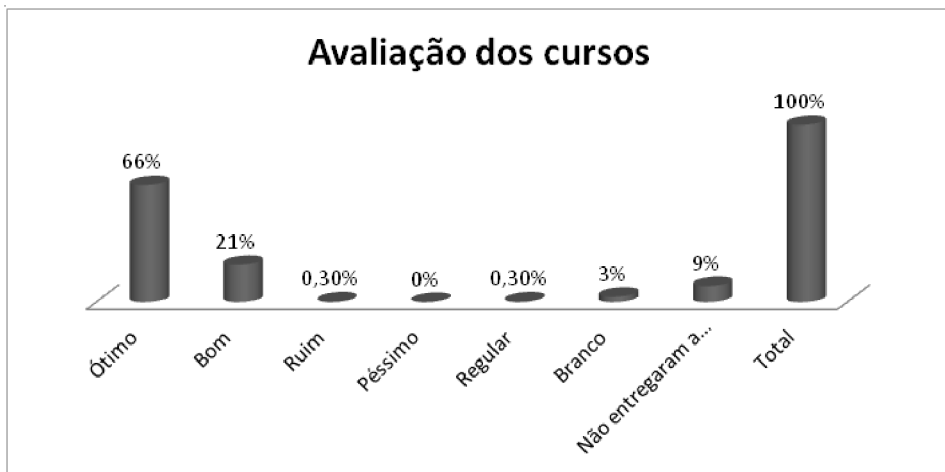


Gráfico 1 – Avaliação dos Cursos Realizados.
Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

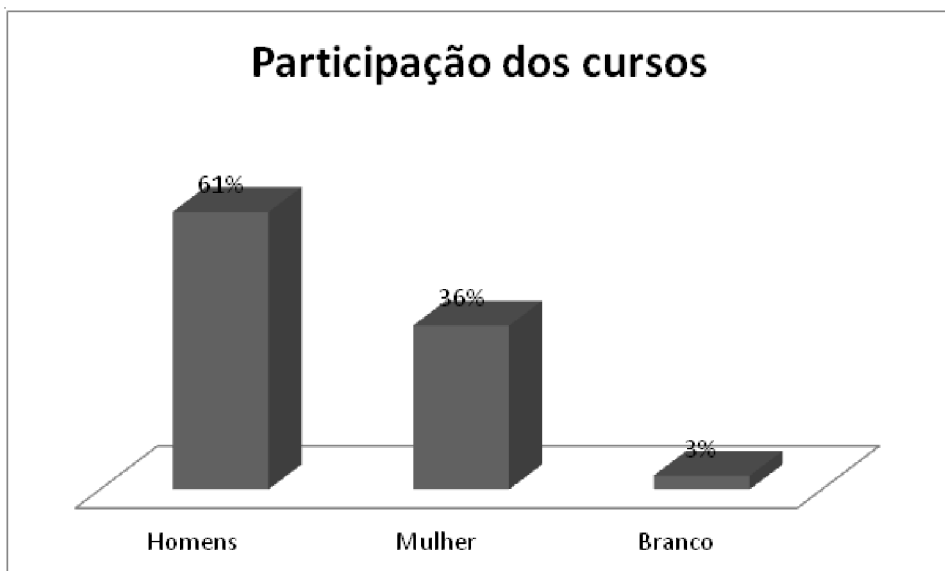


Gráfico 2 – Participação dos Cursos Realizados.
Fonte: Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

Descrição de algumas capacitações realizadas

Cursos	Objetivos	Ações
Boas práticas na bovinocultura leiteira.	Coletar as amostras do antes e depois dos procedimentos higiênicos, como por exemplo: mãos sujas e depois de lavadas corretamente, tetos sujos e depois de higienizados.	Coleta de amostras de diferentes locais passíveis de alta contaminação bacteriana no momento da ordenha. Foram abordadas maneiras corretas de fazer uma ordenha higiênica.
Horticultura orgânica.	O curso visou principalmente qualificar a produção de hortas, procurou ampliar a informação sobre a produção orgânica, que se faz necessária frente à utilização indiscriminada de agrotóxicos na horticultura convencional. Procurou resgatar saberes e práticas locais com o intuito de obter efeitos positivos na biodiversidade local.	A programação envolveu: escolha da área coleta e análise do solo, preparo de solo, compostagem e produção de mudas, e controle de pragas e doenças/colheita e comercialização.
Biodigestor.		O tema foi demandado por parte dos assentados após reuniões e entrevistas exploratórias. Foi levantado pelo público alvo a carência na utilização e conhecimento a respeito de biodigestores.
Saúde no meio rural.	Extremamente importante, pois havia uma demanda, sobretudo das mulheres em abordar o tema saúde, com um enfoque específico no meio rural demonstrando a necessidade de práticas básicas de higienização e de tratamentos específicos com agroquímicos e prevenção.	O curso contou com aula teórica e prática, na aula teórica, os principais temas foram abordados e depois foi feita uma dinâmica baseando-se em dúvidas, preocupações e práticas relacionadas à saúde dos participantes.
Direitos da mulher.	Envolver a prática e conhecimento a respeito do enfrentamento à violência de gênero e fortalecimento e valorização do trabalho da mulher por meio de cursos temáticos, envolvendo diversas áreas como saúde, previdência social e direitos.	Foram discutidos direitos das mulheres, especificamente relativos ao acesso ao crédito, à aposentadoria, às políticas públicas com enfoque de gênero.
Colheita de grãos.	Ensinar a utilização de máquinas agrícolas e sobretudo, em segurança do operador.	Foi possível acompanhar a colhedora particular da COOPAR, uma Massey Ferguson 3640, num lote onde era cultivado milho, bem como outras duas máquinas colhedoras de grãos (alugadas) que prestavam serviços em lotes dos assentamentos. Com o material apostilado em mãos foram realizadas as atividades de regulação e determinação de perdas da máquina colhedora em campo.
Viveiros de mudas.	Construir um viveiro comunitário, o objetivo foi apresentar as vantagens de cultivar mudas em viveiros, demonstrar como construir um viveiro utilizando matérias de fácil aquisição, incentivar a construção de viveiros comunitários e produção de mudas como fonte de renda.	Perceber a importância da preservação dessas áreas florestais, assim como o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, se mostram passos importantes na interrupção do processo de degradação ambiental.
Plantas medicinais.	Prática e conhecimento popular associado com a transmissão do uso de geração para geração, bem como resgate do conhecimento etnobotânico, permitindo a criação de espaços coletivos como hortas aromáticas e medicinais.	Obtenção das plantas medicinais (cultivadas em cativeiros, vasos, floreiras, coletadas no campo), processamento das plantas medicinais, manipulação, receitas, efeitos, cuidados com o uso, etc. Aula prática envolvendo plantio de mudas de plantas medicinais nos lotes e preparo da manteiga com ervas, vinagre e óleo aromáticos.

Nas comunidades quilombolas, as oficinas no lugar de cursos de capacitação

No caso das comunidades quilombolas, a capacitação obedeceu a uma trajetória específica. As comunidades definiram claramente suas demandas: gestão de infraestrutura, noção de associativismo e cooperativismo, elaboração de projetos, aprofundamento e aperfeiçoamento de conhecimento acerca de hortas orgânicas por maior autonomia, construção e funcionamento de biogestores à base de esterco de suínos, apropriação de tecnologias para saneamento, especialmente no tratamento e armazenamento de água para potabilidade, de necessidade de parceria com universidades, especialmente na área da saúde. Seria impossível, com os poucos recursos, atender esta gama tão variada de reivindicações. Problemas de indefinição quanto à titularidade e à responsabilidade dos órgãos gestores com frequência vinham à tona.

A partir da realidade encontrada na pesquisa de campo, propusemos uma pauta diferenciada para as incursões de nossas atividades junto aos quilombos. Realizamos oficinas de resgate cultural da culinária quilombola, de modo a formular um material para posterior publicação com receitas, fotografias e histórias dessas comunidades, já que uma de suas demandas está ligada ao fortalecimento do turismo rural.

O material a ser produzido, junto com as comunidades, reforça um dos aspectos culturais que poderá contribuir com o turismo já iniciado pelo projeto "Circuito Quilombola"⁹.

Foram realizadas cinco oficinas preparatórias, uma em cada comunidade que pertence ao Projeto Circuito Quilombola (Sapatu, Ivaporunduva, São Pedro, André Lopes e Mandira, Pedro Cubas de Cima e de Baixo)¹⁰, as quais tiveram, ao todo, 62 participantes.

⁹Este Projeto do Circuito Quilombola trata-se de uma proposta de registrar as possíveis rotas turísticas nos territórios dos quilombos, que vai desde cachoeiras e cavernas até degustação da culinária local, ligando as comunidades do Vale do Paraíba.

¹⁰Não foi possível realizar oficina no quilombo Pedro Cubas por problema de agenda.



Figura 1 – Oficina preparatória – Quilombo Pedro Cubas de Cima e Pedro Cubas de Baixo.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Figura 2 – Oficina preparatória. Quilombo São Pedro.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Estas oficinas tiveram por objetivo levantar e levar informações sobre a proposta de uma atividade "maior", que ocorreu no primeiro final de semana de dezembro, na pousada do Quilombo Ivaporunduva, ocasião em que 30 mulheres, representantes de quatro comunidades (Pedro Cubas, Sapatu, Ivaporunduva e André Lopes)¹¹,

¹¹As comunidades de Mandira e São Pedro não puderam participar, porém enviaram contribuições à atividade.

juntas, puderam passar um pouco de suas histórias e conhecimentos da culinária tradicional.

Foi também um momento de interação entre as participantes que, apesar de muitas residirem próximas umas das outras, são raros os momentos em que se encontram. Foi uma oportunidade de reaproximação e de troca de experiências, tanto para elas quanto para os membros da equipe de pesquisa.



Figuras 3,4 e 5 – Fotos da Oficina de Resgate Cultural.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Pontos para a reflexão sobre capacitações

✓ Limites e possibilidades

A realização das capacitações envolveu inúmeras dificuldades, que colocaram a execução de cursos, por vezes, em risco, fazendo-se necessário a revisão constante dos procedimentos adotados. Os limites do processo de intervenção são muito claros e apareceram rapidamente. Os erros e acertos inerentes ao processo de atuação, diferentemente do conforto de quem se debruça tão somente a analisar os fatos, não tardam a aparecer e a construção de práticas de intervenção ocorre de forma sinuosa. Isso acontece, ainda mais, em estruturas ou organizações em que se está cristalizada a ênfase em elementos analíticos, nas quais, por vezes, a descontinuidade suplanta o envolvimento, o fazer comum, a troca de saberes.

Reconhecer os limites das experiências vivenciadas nos serviu de ensinamento para empreitadas futuras e o não reconhecimento de sua existência pode gerar distorção na compreensão da realidade. Assim, alguns dos limites e possibilidades das práticas de extensão, pensadas como vetores para difusão de conhecimentos devem ser abordadas e, sobretudo, compartilhadas.

✓ Diagnóstico continuado das necessidades de cada assentamento

Nas pesquisas de campo e no trabalho de sondagem de demandas (captadas nos questionários aplicados aos assentados nas capacitações) perceberam-se elementos comuns à realidade dos assentamentos, mas como esperado, este material apresentou dados que apontam (também) necessidades diferenciadas para cada local, refletindo características regionais distintas.

Estas diferenciações também se apresentam no interior de um mesmo assentamento, como reflexo direto da heterogeneidade das estratégias de reprodução social das famílias assentadas. Desta forma, cada curso ou mesmo parte de um mesmo curso, foram pensados com a intenção de permitir maior flexibilidade de abordagens, permitindo ao capacitador a reelaboração dos perfis pré-estabelecidos e dos enfoques inicialmente construídos.

Apesar desta preocupação inicial, ainda assim na prática, foram constatadas grandes dificuldades para a realização de reuniões prévias e sistemáticas com técnicos e também com os próprios assentados beneficiários.

Cada visita deve ser pensada a gerar frutos, uma vez que cada curso realizado demanda um grande somatório de esforços individuais. Assim, gera-se uma grande expectativa por parte dos assentados, o que, por sua vez, aumenta a responsabilidade dos envolvidos nas capacitações.

Uma das questões levantadas em reuniões com a equipe de ensino/capacitação envolveu a abrangência e magnitude de inserção dos cursos com o público alvo. É comum em visitas posteriores em assentamentos que foram atendidos por capacitações, a dificuldade decorrente do não conhecimento da capacitação pelos mesmos assentados ou então que o público atendido fosse específico de um ou outro grupo de afinidade ou de relação produtiva. Uma das questões principais a serem equacionadas refletiu a dificuldade de dar às capacitações uma maior amplitude, congregando diferentes grupos produtivos ou de afinidade. Neste caso, um bloqueio que se repetiu com frequência, envolveu a realização de reuniões com as divisões de desenvolvimento e com as coordenações de escritórios regionais do INCRA, os quais enfrentam grandes limitações quanto ao número de funcionários e quanto ao volume de trabalho que lhes é atribuído.

Por outro lado, a participação das mulheres nos cursos de capacitação foi, inúmeras vezes, restringida pelo encargo a elas atribuído de fazer o almoço, papel feminino por excelência. Na articulação da capacitação, os técnicos nos ajudaram a indicar mulheres que pudessem preparar as refeições. Houve casos nos quais tivemos que comprar alimentação para capacitadores e participantes fora dos assentamentos ("marmitex"), pois as mulheres preferiram participar dos cursos a receber um pagamento para preparar o almoço.

✓ **A continuidade das capacitações: experiência frustrada**

Uma das premissas iniciais do processo de estruturação das capacitações envolveu a necessidade de continuidade. Tal continuidade se faria pelos retornos das capacitações executadas (que foram previamente estruturadas em sistema de módulos) e também capacitações que se autocomplementassem, propiciando o tão sonhado caráter de continuidade. Também por uma limitação de profissionais e dificuldades de ordem geográfica, muitas vezes esta premissa inicial teve que ser repensada, na iminente impossibilidade de se atingir um maior número de beneficiários num mesmo assentamento.

✓ **Reuniões pedagógicas periódicas: o momento de compartilhar caminhos**

As reuniões pedagógicas permitiram à coordenação e aos capacitadores troca de experiências, coletivização de práticas pedagógicas bem sucedidas, realinhamento de expectativas e de metodologias. Uma das vantagens da tentativa de construção de uma metodologia participativa/construtiva pode ser representada pela elaboração progressiva de estruturas cognitivas que podem e devem ser

coletivas, resultado da interação entre sujeito e o meio, da ação realizada sobre o objeto. Assim, a cada momento, em cada experiência, o mediador/capacitador toma decisões pedagógicas que num momento de reflexão (em especial reuniões) não está limitado a corrigir, pois além de informar, ele pode problematizar, questionar, ajudar a reconstruir, descobrindo alternativas pedagógicas baseadas em suas e em outras experiências.

Considerações finais

No trabalho realizado buscou-se congregiar diversas áreas de formação contando com a sinergia de profissionais congregados em torno das atividades de capacitação e ensino. Outro ponto importante envolve diretamente os trabalhos de ATER, que embora convirjam para seguir princípios participativos, em muitos casos, a política de ATER continua com a orientação básica: "incluir" o pequeno agricultor familiar na lógica tradicional de mercado, o que significa dependência excessiva dos insumos químicos e subordinação produtiva. O desafio dos órgãos de pesquisa, das universidades e dos movimentos sociais envolve a criação de estratégias para colocar em prática metodologias participativas de ATER, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes no processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

Vale acrescentar que as dimensões e reflexões pensadas inicialmente sobre as capacitações, necessidades, continuidades, extensões e limites no decorrer do processo de execução do contrato sofreram reformulações. Inicialmente, a proposta era um continuado ciclo de reflexões-capacitações junto aos assentados, no sentido de propor uma construção conjunta de saberes, levando a reflexões apropriadas para o cotidiano e o modo de vida próprio de cada comunidade. Esta programação foi aos poucos sendo interrompida pelo esgarçamento da capacitação em função de restrições orçamentárias. Quando se tratou de definir prioridades, a capacitação não foi escolhida. Logo, toda a discussão inicial de continuidade e aprendizagem coletiva entre capacitadores-assentados-técnicos, foi sendo, aos poucos, diluída e seu sentido esvaziado no decorrer do processo.

A construção, enquanto instituição de ensino, de uma extensão com uma estrutura participativa (de acordo com a Política Nacional de ATER – PNATER, 2004) envolve necessariamente a construção e novos caminhos metodológicos/pedagógicos diferindo de uma formação extensionista baseada nos moldes tradicionais do "humanismo assistencialista" ou do "difusionismo produtivista" ainda em voga em muitas práticas extensionistas. Neste sentido, cabe pensar em

novos processos que possibilitem não apenas a integração, mas o desenvolvimento de uma prática social transformadora. Sementes desta prática foram lançadas em nossa experiência de capacitação, mas bloqueios impediram a conquista e a continuidade de uma boa sementeira. Este diagnóstico não deve ser lido como um desestímulo às capacitações, mesmo porque nossa experiência comprovou a riqueza da troca de saberes e a importância de um retorno continuado dessas práticas para o desenvolvimento dos assentamentos.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento técnico de identidade e qualidade de leite cru refrigerado. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002.

Diário Oficial da União, 20 set. 2002. Seção 1, p.13.

CALDART, R.S. **Educação em Movimento**: Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAPORAL, F. R., Ramos. L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**, Brasília, setembro de 2006.

CAPORAL, F. R, COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar, 2000.

CARMO, MARISTELA SIMÕES do. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, dez. 2008.

CASTRO, K.N.C. **Vantagens da ordenha com higiene**. 2009. Artigo em Hipertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_1/Ordenha/index.htm>. Acesso em: 14/4/2011

DINIZ, P.C.O, Lima, Jorge R. Tavares, Almeida, A. Chamadas públicas da

ATER: primeiras reflexões. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/23399052/1991592693/name/PauloDiniz-Artigo_Chamadas_ATER_v5.pdf>. Acesso em 20/09/2011.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1968.

MÜLLER, E.E. Qualidade Do Leite, Células Somáticas E Prevenção Da Mastite. **Anais do II Sul- Leite: Simpósio sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil** / editores Geraldo Tadeu dos Santos et al. - Maringá : UEM/CCA/DZO - NUPEL, 2002. 212 P. Toledo - PR, 29 e 30/08/2002.

PEIXOTO, M. Extensão Rural No Brasil - Uma Abordagem Histórica Da Legislação. In: **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, Brasília, texto de discussão 48, out./ 2008.

PRESTES, D. S.; FILAPPI, A.; CECIM, M. Susceptibilidade à mastite: fatores que a influenciam – uma revisão. **Revista da Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia**, v. 9, n. 1, p. 48-59, 2003.

QUEDA, ORIOVALDO. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Tese Piracicaba, 1987

ROSA, S. S. Construtivismo e mudança. In: **Questões da nossa época**. n.5, ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. V.; FONSECA, L. F. L. Importância e efeito de bactérias psicrotróficas sobre a qualidade do leite. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 15, n. 82, p. 13-19, 2001.

ZANELA, M.B. **Caracterização do leite produzido no Rio Grande do Sul, ocorrência e indução experimental do leite instável não ácido (LINA)**. 2004. 150p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.